



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

- REQUERIMENTO Número /x ( .ª)
- PERGUNTA Número 468 /x ( 1 .ª)

Expeça-se

Publique-se

03/12/09

Q Secretário da Mesa

Recorre

**Assunto:** Acidente numa passagem de nível em Valença do Minho

**Destinatário:** Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações

*Ex.º Sr. Presidente da Assembleia da República*

No passado dia 1 de Dezembro, ao início da manhã deu-se mais um acidente na passagem de nível sem guarda de Cristelo Covo no concelho de Valença, uma viatura ligeira foi colhida por um comboio.

O acidente provocou 1 morto e 2 feridos graves.

Vários foram os meios que acorreram ao local, embora sem poder evitar o pior: Bombeiros Voluntários de Valença, apoiados por 5 viaturas, entre ambulâncias, desencarcerador e viatura de transporte de pessoal e ainda as Viaturas Médicas de Emergência e Reanimação (VMER) da Unidade Local de Saúde do Alto Minho (ULSAM), do Hospital de Braga e as ambulâncias SIV de Valença e de Melgaço.

Apesar de se tratar de um local de boa visibilidade, já lá ocorreram outros acidentes, pelo que o Presidente da Junta critica, com razão, o 'eterno adiamento' da construção de um viaduto na freguesia para eliminar a passagem de nível onde nos últimos anos já morreram 12 pessoas.

Trata-se de uma obra que é urgente há largos anos, sendo que o Presidente da Junta já ofereceu à Refer, há 6 anos, os terrenos necessários à construção do viaduto, que comprara por cerca de 40 mil euros. Existe igualmente para o efeito um projecto que já está pronto há cerca

de cinco anos.

A passagem de nível, situada no lugar de Segadães, em pleno centro da freguesia, não dispõe de qualquer sinalização sonora ou luminosa.

O Governo e o Ministério das Obras Públicas, Transporte e Comunicações invocam frequentemente a redução da sinistralidade ou os ganhos ambientais para justificar a realização de inúmeros investimentos cuja rendibilidade é discutível.

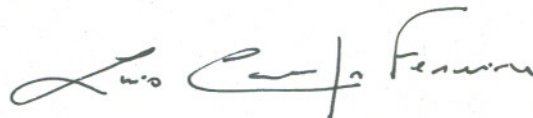
A situação exposta é repetitiva em termos de fatalidades, não se compreendendo a razão da sua não realização tanto mais que este investimento já esteve até pronto para se realizar.

Assim, o(s) Deputado(s) abaixo-assinado(s) do Grupo Parlamentar, vem (vêm) requerer a V. Exa. se digne solicitar ao Governo através do Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações, e ao abrigo do disposto nas alíneas d) e e) do artigo 156º da Constituição Portuguesa e da alínea e) do n.º 1 do artigo 4º do regimento da Assembleia da República, resposta às seguintes questões:

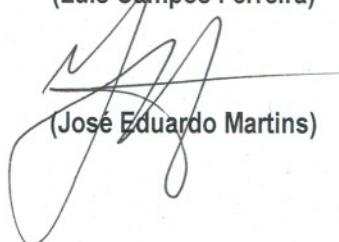
1. Há alguma dificuldade técnica ou razão ponderosa que esteja a adiar a realização desta obra?
2. Para quando uma solução do MOPTC para este grave problema?

Palácio de São Bento, 3 de Dezembro de 2009.

O Deputados,



(Luís Campos Ferreira)



(José Eduardo Martins)